

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	7
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	15
DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	51
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.100
Preferenciais	0
Total	7.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	12.200	12.274
1.01	Ativo Circulante	288	362
1.01.06	Tributos a Recuperar	253	303
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	253	303
1.01.07	Despesas Antecipadas	1	1
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	34	58
1.02	Ativo Não Circulante	11.912	11.912
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	11.912	11.912
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	5.777	5.777
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.777	5.777
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	6.135	6.135
1.02.01.10.03	Outros Ativos	6.134	6.134
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	1	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	12.200	12.274
2.01	Passivo Circulante	1.560	1.554
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	193	173
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	193	173
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	193	173
2.01.02	Fornecedores	296	264
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	296	264
2.01.03	Obrigações Fiscais	56	69
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	56	69
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	24	37
2.01.03.01.03	Parcelamentos	32	32
2.01.05	Outras Obrigações	1.015	1.048
2.01.05.02	Outros	1.015	1.048
2.02	Passivo Não Circulante	311.141	322.581
2.02.02	Outras Obrigações	61.966	61.502
2.02.02.02	Outros	61.966	61.502
2.02.02.02.04	Partes Relacionadas	61.847	61.377
2.02.02.02.06	Parcelamentos	119	125
2.02.04	Provisões	249.175	261.079
2.02.04.02	Outras Provisões	249.175	261.079
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	249.175	261.079
2.03	Patrimônio Líquido	-300.501	-311.861
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	6.234	6.234
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.234	6.234
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-460.799	-472.284
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	33.956	34.081

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	11.370	11.618
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-534	-410
3.04.02.01	Gastos Administrativos	-534	-410
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.904	12.028
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.370	11.618
3.06	Resultado Financeiro	-10	-2.745
3.06.01	Receitas Financeiras	6	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-16	-2.745
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.360	8.873
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.360	8.873
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.360	8.873
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,59998	1,2497
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,59998	1,2497

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	11.360	8.873
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.360	8.873

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-470	-424
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-544	-424
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	11.360	8.873
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11.904	-12.028
6.01.01.07	Juros com partes relacionadas	0	2.731
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	74	0
6.01.02.01	Fornecedores	32	32
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-19	-36
6.01.02.03	Outros Ativos	24	20
6.01.02.04	Salários e encargos sociais a pagar	20	10
6.01.02.06	Outras Obrigações	-33	-26
6.01.02.07	Impostos a Recuperar	50	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	470	424
6.03.01	Variação com partes relacionadas	470	424

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.360	0	11.360
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.360	0	11.360
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	125	-125	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	125	-125	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	-460.799	33.956	-300.501

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-487.051	36.823	-323.886
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-487.051	36.823	-323.886
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.873	0	8.873
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.873	0	8.873
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-1	1	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	-1	1	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	-478.179	36.824	-315.013

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-348	-122
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-348	-122
7.03	Valor Adicionado Bruto	-348	-122
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-348	-122
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	11.898	12.017
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.904	12.028
7.06.02	Receitas Financeiras	6	0
7.06.03	Outros	-12	-11
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.550	11.895
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.550	11.895
7.08.01	Pessoal	187	287
7.08.01.01	Remuneração Direta	156	253
7.08.01.02	Benefícios	31	34
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	1
7.08.02.01	Federais	0	1
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3	2.734
7.08.03.01	Juros	3	2.734
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.360	8.873
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.360	8.873

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	380.495	375.004
1.01	Ativo Circulante	214.596	210.998
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	64	379
1.01.03	Contas a Receber	61.572	61.485
1.01.03.01	Clientes	61.572	61.485
1.01.04	Estoques	22.811	22.519
1.01.04.01	Estoques	22.296	22.178
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	515	341
1.01.06	Tributos a Recuperar	20.809	19.918
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	20.809	19.918
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	109.340	106.697
1.01.08.03	Outros	109.340	106.697
1.01.08.03.01	Numerários em Trânsito	105.217	103.495
1.01.08.03.03	Outros Ativos	4.123	3.202
1.02	Ativo Não Circulante	165.899	164.006
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.694	10.514
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10.694	10.514
1.02.01.10.03	Impostos a Recuperar	431	334
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	4.128	4.045
1.02.01.10.05	Outras Contas a Receber	6.135	6.135
1.02.02	Investimentos	18.574	18.750
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	18.574	18.750
1.02.03	Imobilizado	136.064	134.164
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	130.847	128.454
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	5.217	5.710
1.02.04	Intangível	567	578
1.02.04.01	Intangíveis	567	578
1.02.04.01.02	Intangível	567	578

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	380.495	375.004
2.01	Passivo Circulante	586.673	592.554
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.791	16.105
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	17.791	16.105
2.01.02	Fornecedores	20.260	20.467
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	20.260	20.467
2.01.02.01.01	Fornecedores	18.892	18.740
2.01.02.01.03	Passivo de Arrendamento	1.368	1.727
2.01.03	Obrigações Fiscais	528.342	522.908
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	528.342	522.908
2.01.03.01.02	Obrigações Tributárias	522.465	517.109
2.01.03.01.03	Imposto Diferido	902	902
2.01.03.01.04	Parcelamentos	4.975	4.897
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	86	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	86	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	86	0
2.01.05	Outras Obrigações	20.194	33.074
2.01.05.02	Outros	20.194	33.074
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	17.561	18.298
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	2.633	5.232
2.01.05.02.07	Trava Cambial	0	9.544
2.02	Passivo Não Circulante	94.574	94.575
2.02.02	Outras Obrigações	72.843	73.789
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	49.831	49.826
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	49.831	49.826
2.02.02.02	Outros	23.012	23.963
2.02.02.02.07	Parcelamentos	17.694	18.645
2.02.02.02.08	Passivo de Arrendamento	5.318	5.318
2.02.03	Tributos Diferidos	14.602	14.737
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.602	14.737
2.02.04	Provisões	7.129	6.049
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7.129	6.049
2.02.04.01.05	Provisões para Contingencias	7.129	6.049
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-300.752	-312.125
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.04	Reservas de Lucros	6.234	6.234
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	6.234	6.234
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-460.799	-472.284
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	33.956	34.081
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-251	-264

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2025 à 31/03/2025	01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	105.476	97.489
3.01.01	Receita Bruta	109.633	101.830
3.01.02	Deduções da Receita Bruta	-4.157	-4.341
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-73.856	-72.157
3.03	Resultado Bruto	31.620	25.332
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-8.652	-7.904
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.845	-4.493
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.718	-4.597
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.421	4.936
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.510	-3.750
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	22.968	17.428
3.06	Resultado Financeiro	-8.397	-8.701
3.06.01	Receitas Financeiras	147	1.297
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.544	-9.998
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	14.571	8.727
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.199	158
3.08.01	Corrente	-3.334	0
3.08.02	Diferido	135	158
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.372	8.885
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	11.372	8.885
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.360	8.873
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	12	12
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,60167	1,25139
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,60167	1,25139

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	11.372	8.885
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	11.372	8.885
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.360	8.873
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	12	12

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.375	4.048
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	20.102	21.916
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	11.360	8.873
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	2.463	2.036
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contingências	1.080	-505
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	0	24
6.01.01.05	Participação de Minoritários	12	12
6.01.01.07	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado Intangível	242	302
6.01.01.08	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	-135	-178
6.01.01.09	Atualização de Passivos Tributários	5.981	6.145
6.01.01.13	Provisão para perda (Impairment)	-901	2.476
6.01.01.14	Juros com partes relacionadas	0	2.731
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.727	-17.868
6.01.02.01	Clientes	-87	-3.524
6.01.02.02	Estoques	-118	-84
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	-174	-52
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-988	-6.509
6.01.02.05	Outras Contas a Receber	-1.743	-2.083
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-83	195
6.01.02.07	Fornecedores	152	-2.717
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.497	-3.871
6.01.02.09	Salários a Pagar e Provisões	1.686	2.049
6.01.02.10	Adiantamento de Clientes	-737	106
6.01.02.11	Provisão p/ Contingências	-337	-348
6.01.02.12	Outras Contas a Pagar	-11.801	-1.030
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.418	-3.690
6.02.01	Variação de Ativo Imobilizado	-4.404	-3.650
6.02.02	Variação de Ativo Intangível	-14	-40
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-272	-537
6.03.01	Contraprestação de arrendamentos a pagar	-359	-299
6.03.02	Variação Empréstimos e Financiamentos	86	-236
6.03.03	Variação com partes relacionadas	1	-2
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-315	-179
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	379	291
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	64	112

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861	-264	-312.125
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-472.284	34.081	-311.861	-264	-312.125
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.360	0	11.360	12	11.372
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.360	0	11.360	12	11.372
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	125	-125	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	125	-125	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	-460.799	33.956	-300.501	-252	-300.753

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	6.234	-487.051	36.823	-323.886	-289	-324.175
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	6.234	-487.051	36.823	-323.886	-289	-324.175
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.872	1	8.873	12	8.885
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.873	0	8.873	12	8.885
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1	1	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	6.234	-478.179	36.824	-315.013	-277	-315.290

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 31/03/2025	Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	110.865	106.616
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	109.570	101.767
7.01.02	Outras Receitas	1.297	4.873
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2	-24
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-46.667	-46.778
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-40.974	-40.813
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.693	-5.965
7.03	Valor Adicionado Bruto	64.198	59.838
7.04	Retenções	-2.463	-2.036
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.463	-2.036
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	61.735	57.802
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.991	913
7.06.02	Receitas Financeiras	-2.163	808
7.06.03	Outros	172	105
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	59.744	58.715
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	59.744	58.715
7.08.01	Pessoal	34.513	36.015
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.877	29.707
7.08.01.02	Benefícios	5.048	4.647
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.588	1.661
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.578	4.264
7.08.02.01	Federais	5.560	2.092
7.08.02.02	Estaduais	2.018	2.172
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.281	9.551
7.08.03.01	Juros	6.281	9.551
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.372	8.885
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.360	8.873
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	12	12

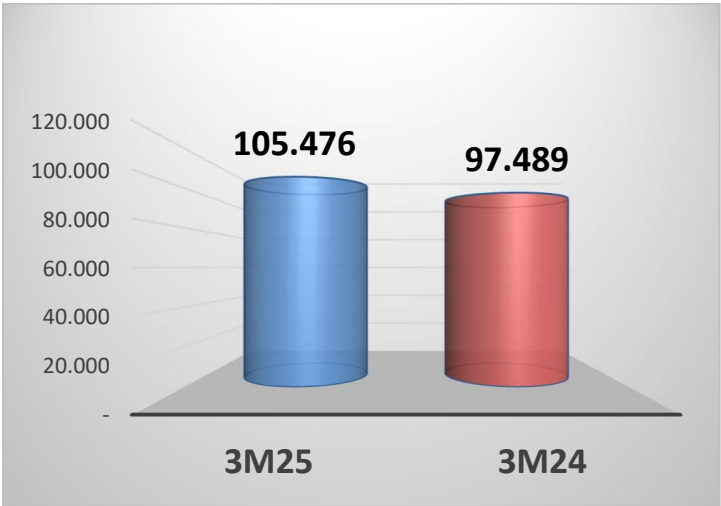
Comentário do Desempenho



COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DO TRIMESTRE

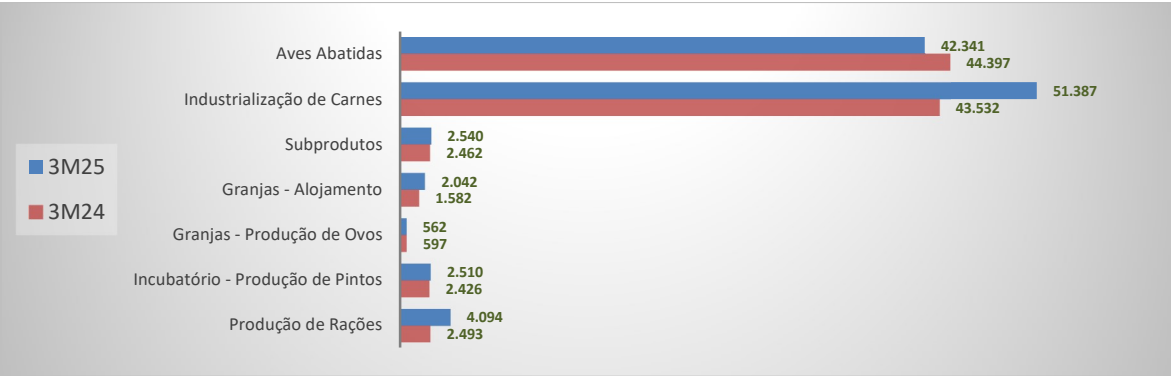
Receita Operacional Líquida

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R\$ 105.476 no período de três meses findo em 31 de março de 2025, e de R\$ 97.489 no mesmo período de 2024.



O aumento de 8,19% na receita líquida do primeiro trimestre de 2025 quando comparada ao mesmo período de 2024, está relacionado principalmente ao crescimento no volume de produção direcionado ao mercado externo, além da valorização nas taxas do dólar, cuja cotação média passou de R\$ 4,99 no primeiro trimestre de 2024 para R\$ 5,74 no primeiro trimestre de 2025. Além disso, ao final do exercício de 2024, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, trouxe ao mercado uma nova linha de produtos com a marca Minu, composta por Patês de carne de frango e suíno. Tal ação, visa além do incremento no mix de produtos comercializados, o compromisso com a força da sua marca, e o reconhecimento dos seus clientes e parceiros.

Abaixo demonstramos um comparativo da receita líquida por atividade no primeiro trimestre de 2025, em comparação ao mesmo período de 2024.

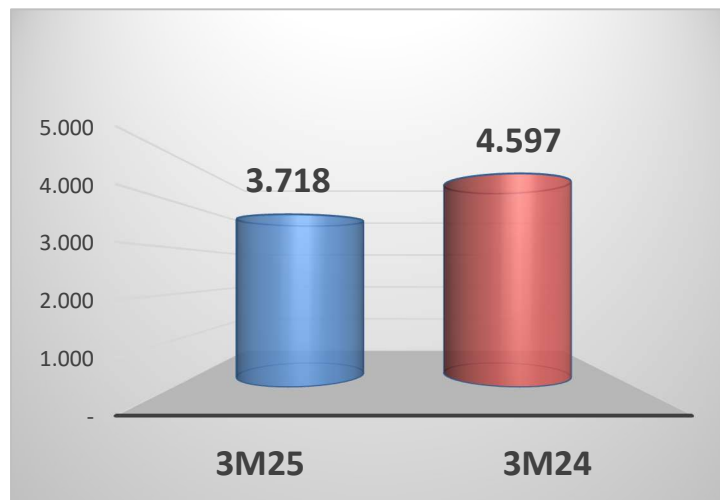


Comentário do Desempenho



Despesas gerais e administrativas

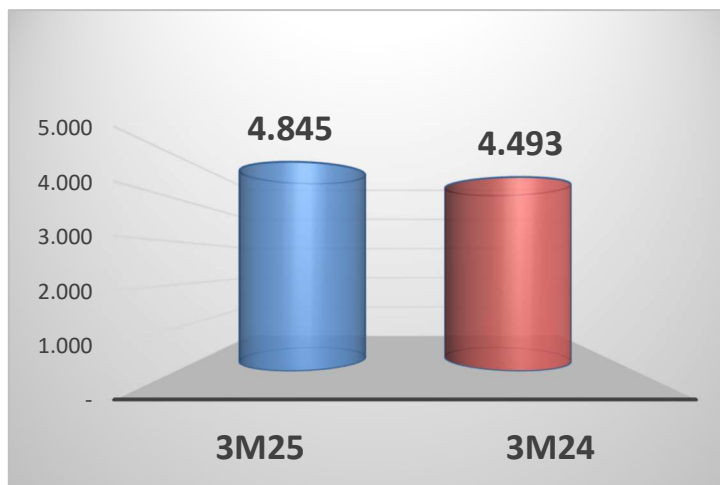
As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizam R\$ 3.718 para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, e R\$ 4.597 para o período de três meses findo em 31 de março de 2024, representando uma redução de aproximadamente 19,12%.



Despesas com vendas

No período de três meses findo em 31 de março de 2025, as despesas com vendas totalizaram R\$ 4.845, sendo que no mesmo período de 2024 o número era de R\$ 4.493, equivalentes a 4,59% e 4,61% respectivamente da receita operacional líquida.

O aumento de aproximadamente 7,83%, está diretamente associado ao crescimento no volume de vendas de produtos industrializados, destinados tanto ao mercado interno, quanto ao mercado externo.

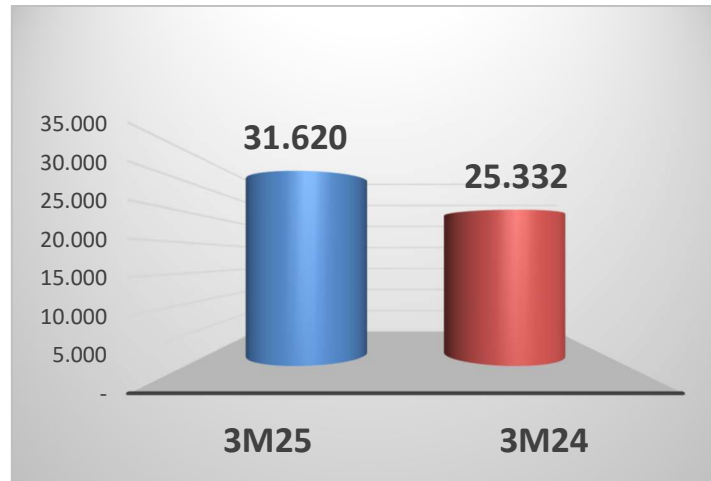


Comentário do Desempenho



Lucro bruto

O Lucro Bruto totalizou R\$ 31.620 no período de três meses findo em 31 de março de 2025, equivalente a 29,98% da receita operacional líquida. No mesmo período em 2024 alcançou R\$ 25.332 equivalente a 25,98% da receita operacional líquida.



EBITDA / LAJIDA

A Companhia utiliza como medição não contábil o EBIT (Earnings before interest and taxes) ou LAJIR (Lucro antes dos juros e impostos sobre a renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido), utiliza também o EBITDA (Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization) ou LAJIDA (Lucro antes de juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização).

No quadro a seguir, demonstramos o EBITDA acumulado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

	3M25	3M24
Lucro líquido do exercício	11.372	8.885
(+) IRPJ/CSLL	3.199	(158)
(+) Resultado financeiro	8.397	8.701
EBIT	22.968	17.428
(+) Depreciações e amortizações	1.793	2.036
EBITDA	24.761	19.464
(+ / -) Eventos não recorrentes (a)	-	(2.091)
EBITDA - Ajustado	24.761	17.373
Receita Líquida	105.476	97.489
Relação % EBITDA ajustado	23,48%	17,82%

(a) Os valores demonstrados no quadro acima como “eventos não recorrentes”, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2024 (período comparativo), estão relacionados à ajustes efetuados e destacados nas notas explicativas nº 28 e 29, identificadas como “Outras despesas operacionais” e “Outras receitas operacionais”.

Abaixo um demonstrativo dos ajustes:

Comentário do Desempenho

	3M25	3M24	
Provisão para Perda	-	2.476	NE nº 28 - item "a"
Créditos Fiscais	-	(4.567)	NE nº 29 - item "a"
Total	-	(2.091)	

O EBIT ou LAJIR pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro e das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras, enquanto o EBITDA ou LAJIDA pode ser definido como resultado líquido do exercício, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações e amortizações.

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

Em relação a LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei 13.709/2019), a Companhia informa que reconhece a importância de proteger a privacidade de seus usuários, visitantes, clientes, fornecedores e demais pessoas físicas envolvidas com a empresa. Outrossim, já instituiu o programa interno que contempla de forma ampla a gestão da privacidade. Além disto, já possui em seu portal as informações de contato do responsável pela proteção de dados (DPO - Data Protection Officer), bem como a política de privacidade e opção para que os titulares dos dados possam realizar as solicitações desejadas, disponível no site da empresa <https://www.minupar.com.br/lgpd>, e através do e-mail privacidade@minuano.com.br.

A Companhia ressalta ainda que o programa implantado "Programa de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais" é um programa que mantém o olhar diário sobre o tema da privacidade.

Relacionamento com os Auditores Externos

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e suas respectivas alterações, informamos que a Companhia e suas controladas tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. A partir do exercício de 2025 a Companhia passou a ser auditada pela empresa BDO RCS Auditores Independentes, à qual possui registro junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários, nº 001032-4.

Lajeado (RS), 15 de maio de 2025.

A Administração.

Notas Explicativas



MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de reais)

1 - Contexto operacional

1.1 - Atividades desenvolvidas

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas como prestador de serviço, e produção de produtos industrializados à base de carnes com Marca própria. A comercialização dos produtos com a marca “Minu” ocorre principalmente nos estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, América, Ásia e Oceania.

1.2 - Continuidade operacional

Até 31 de março de 2025 a Companhia acumulou prejuízos no montante de R\$ 460.799 (R\$ 472.284 em 31 de dezembro 2024), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 300.501 (negativo R\$ 311.861 em 31 de dezembro 2024). O passivo circulante, individual e consolidado, da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.272 e 372.077 (em 31 de dezembro de 2024, no individual, excedeu 1.192, e no consolidado, o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 381.556).

Diante desse cenário, a Administração tem adotado uma série de medidas para a reestruturação financeira e regularização de suas obrigações, com destaque para a formalização pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, de termo de transação tributária individual com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme divulgado no Fato Relevante de 30 de abril de 2025. Tal acordo foi celebrado nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022, abrangendo a integralidade dos débitos inscritos em dívida ativa até abril de 2025. A consolidação da transação ocorreu com o pagamento da primeira parcela em 30 de abril de 2025.

Com a aplicação dos benefícios legais, incluindo descontos e a compensação com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, estima-se que o passivo consolidado da transação será na ordem de R\$ 80 milhões. Este valor será pago em até 60 meses para os débitos previdenciários e em até 120 meses para os demais tributos. Em função dos efeitos da enchente ocorrida em maio de 2024, os primeiros 36 meses contarão com parcelas reduzidas, conforme os incentivos estabelecidos pela Portaria PGFN/MF nº 1.032/2024 (Transação SOS-RS).

A Companhia informa que está trabalhando na mensuração do passivo e no levantamento dos impactos em suas demonstrações contábeis. Os efeitos positivos relacionados à reestruturação tributária serão refletidos nas informações financeiras ao longo do exercício de 2025.

A Companhia concentra parte de suas atividades através de um contrato de prestação de serviço de abates de aves, o qual está em situação ativa junto à outra empresa do ramo. As operações contempladas no contrato envolvem a utilização de granja de alojamento e granja de produção de ovos, incubatório, indústria de ração e abatedouro de aves habilitado para exportar para mercados externos.

Notas Explicativas



Além da prestação de serviços, a Companhia se movimenta no sentido de revigorar sua marca nos mercados interno e externo, focando na operação de produção de embutidos e reafirmando a força da sua imagem junto aos consumidores. O quadro de pessoas envolvidas em todo ciclo operacional conta com aproximadamente 2.500 empregos diretos.

A administração reconhece os desafios enfrentados, no entanto, não tem dúvidas quanto à continuidade operacional dos negócios. As negociações ora em andamento aliadas às perspectivas de melhora operacional, certamente conduzirão a uma nova situação de vitalidade financeira capaz de financiar de forma sustentável o crescimento das operações da Companhia.

1.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

Em atendimento à disposição do artigo 25º, inciso I, alínea “b” do Estatuto Social da Minupar Participações S.A, a Diretoria submeteu as demonstrações financeiras devidamente revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes, para apreciação e deliberação do Conselho de Administração da Companhia, sendo as referidas demonstrações financeiras aprovadas, e sua divulgação autorizada para o dia 15 de maio de 2025.

2 - Declaração de conformidades e políticas contábeis materiais

As informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período de três meses findos em 31 de março de 2025, de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com o IAS 34 - Interim Financial Reporting emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR. As informações financeiras intermediárias foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período coberto por estas informações financeiras intermediárias e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As políticas contábeis, o uso de certas estimativas contábeis, os julgamentos da Administração e os métodos de cálculo adotados nestas informações financeiras intermediárias são os mesmos que os adotados quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e das informações financeiras intermediárias do período de três meses findos em 31 de março de 2024.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

3.1 Declaração de conformidade

3.1.1 Informações financeiras trimestrais consolidadas

As demonstrações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de informações financeiras trimestrais (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas informações financeiras trimestrais foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo conselho federal de contabilidade e aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM).

3.1.2 Informações financeiras trimestrais individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas



3.2 Consolidação

As informações financeiras trimestrais consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S.A. e Valepar S.A. e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Informações financeiras trimestrais consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações financeiras trimestrais de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas de contabilidade emitidas pelo conselho federal de contabilidade, aprovados pela comissão de valores mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas informações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas informações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras trimestrais individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Informações financeiras trimestrais individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas contábeis

A elaboração das informações financeiras trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para perdas esperadas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda funcional e de apresentação das informações financeiras trimestrais

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos ou passivos financeiros em:

- i) custo amortizado; e

Notas Explicativas



ii) valor justo por meio de resultado.

Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e passivos nas características do fluxo de caixa contratuais.

Conforme previsto na norma NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros é realizada através dos seguintes critérios:

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, o custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e/ou perdas cambiais ou de impairment são reconhecidos no resultado, assim como qualquer reversão que se faça necessária.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros ou outro tipo de receita, é reconhecido no resultado.

Dentre os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia, estão sujeitos ao reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável:

- Contas a receber de clientes (nota 5);
- Outros ativos (nota 8);

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.7 Contas a receber

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das contas a receber de clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

O critério utilizado para o reconhecimento de provisão para perda dos créditos vinculados às contas a receber é revisado mensalmente, tendo como base a análise dos títulos vencidos, as práticas contábeis e as regras fiscais.

3.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

Em consonância ao critério adotado para reconhecimento das receitas, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais,

Notas Explicativas



também fora ajustado o reconhecimento dos estoques, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

3.9 Impostos a recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.10 Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.11 Investimentos

3.11.1 Participações societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora.

3.11.2 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos, obras civis e máquinas e equipamentos para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, o qual é determinado através do valor justo.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.12 Imobilizado

De acordo com a deliberação CVM nº 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,00% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.13 Direito de Uso

Em virtude do IFRS16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

A Companhia reconhece o direito de uso de um ativo e um passivo de arrendamento correspondente com relação a todos os contratos de arrendamento em que é o arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos

Notas Explicativas



de baixo valor, estes arrendamentos são reconhecidos como despesa operacional durante o período de vigência do contrato.

Atualmente os principais arrendamentos da Companhia se referem a contratos de arrendamento de empilhadeiras, imóveis, e equipamentos industriais.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa de juros incremental.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, todavia, os contratos preveem reajuste anual dos pagamentos conforme índice estabelecido junto ao respectivo fornecedor.

A Companhia efetua a remensuração do passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros, sendo reconhecido esse valor também no ativo direito de uso.

A Companhia aplica a IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

O passivo de arrendamento é apresentado na rubrica “Arrendamentos a Pagar” e os ativos de direito de uso são apresentados na rubrica “Direito de Uso” no Balanço Patrimonial das demonstrações financeiras.

3.14 Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia estão classificados em dois grupos:

- a) Ativo intangível de vida útil definida; e
- b) Ativo intangível de vida útil indefinida.

Ativos intangíveis de vida útil definida referem-se a softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma sistemática, de forma que a apropriação ocorre ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes, são reconhecidas pelo custo de aquisição e não são amortizadas. A avaliação com relação a perda de valor é realizada anualmente ou quando exista algum indício de que o ativo possa ter perdido valor, e a forma de avaliação do valor recuperável é realizada através na análise do valor em uso.

Os critérios contábeis adotados para reconhecimento, mensuração, amortização e teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis estão em conformidade com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

3.15 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos, tais como: propriedade para investimentos, ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Notas Explicativas



3.16 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

3.18 Reconhecimento das receitas de vendas e de serviços

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

O reconhecimento de receita também leva em consideração os critérios previstos na NBC TG 47 - Receita de contratos com clientes, cuja essencialidade tem objetivo a obrigação de performance de contrato, transferência de controle e segregação de elementos contratuais sobre o que possa ser entendido como vendas separadas, essas premissas auxiliam no controle e avaliação dos riscos de crédito com clientes, bem como na análise de histórico com perdas sobre créditos.

3.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos períodos, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e uso de estimativas contábeis

As políticas contábeis que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras pela administração são:

- (a) as provisões para perdas esperadas, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- (b) vida útil, “*Impairment*” e valor residual das propriedades para investimentos, dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; e
- (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do valor adicionado - DVA

Notas Explicativas

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações financeiras trimestrais e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da comissão de valores mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras trimestrais conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	31/03/25	31/12/24
Caixa	20	19
Bancos - Conta Corrente	44	360
Total	64	379

5 - Contas a receber

	Consolidado	
	31/03/25	31/12/24
Mercado interno	57.757	51.310
Mercado externo	7.919	14.277
(-) Provisão para perdas esperadas	(4.104)	(4.102)
Total	61.572	61.485

<i>Vencidos</i>	31/03/25		31/12/24	
Até 30 dias	2.121	3%	3.220	5%
De 31 a 60 dias	897	1%	295	0%
De 61 a 90 dias	6	0%	308	1%
De 91 a 120 dias	39	0%	134	0%
De 121 a 150 dias	2	0%	6	0%
De 151 a 180 dias	9	0%	-	0%
Acima de 180 dias	4.104	7%	4.102	7%
Sub-total	7.178	11%	8.065	13%
<i>À vencer</i>				
Até 30 dias	30.655	50%	31.357	51%
De 31 a 60 dias	19.930	32%	22.413	36%
De 61 a 90 dias	7.913	14%	3.752	7%
Sub-total	58.498	96%	57.522	94%
Provisão para perda esperada	(4.104)	-7%	(4.102)	-7%
Total	61.572	100%	61.485	100%

6 - Estoques

Notas Explicativas



	Consolidado	
	31/03/25	31/12/24
Produtos prontos	5.838	3.829
Produtos em elaboração	73	48
Matérias primas	3.610	5.626
Materiais de embalagem	1.692	1.861
Materiais de manutenção	11.083	10.814
Total	22.296	22.178

7 - Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/25	31/12/24	31/03/25	31/12/24
IRRF a recuperar	-	-	47	45
IRPJ e CSLL a recuperar	253	303	342	391
PIS e COFINS a recuperar (a)	-	-	9.760	9.331
ICMS a recuperar	-	-	4.463	3.905
ICMS a recuperar - Imobilizado	-	-	370	520
Crédito de Exportação (Reintegra)	-	-	1.364	1.324
Crédito de ICMS na base do PIS e COFINS	-	-	4.463	4.402
Circulante	253	303	20.809	19.918
ICMS a Recuperar - Imobilizado	-	-	431	334
Não Circulante	-	-	431	334

- a) O montante registrado na rubrica de Pis e Cofins a recuperar está relacionado ao trabalho de recuperação de créditos tributários, cujos reflexos são apresentados na nota explicativa nº 29 - Outras receitas operacionais.

8 - Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/25	31/12/24	31/03/25	31/12/24
Despesas antecipadas	34	58	425	820
Numerários em trânsito (a)	-	-	105.217	103.495
Trava Cambial (b)	-	-	415	-
Minupar Participações S/A (c)	-	-	3.786	3.786
(-) Provisão para perda (Impairment) (d)	-	-	(503)	(1.404)
Circulante	34	58	109.340	106.697
Agostinho Carrer (e)	15.769	15.769	15.769	15.769
Outros	-	-	2.410	2.410
(-) Provisão para perda (Impairment) (e)	(9.635)	(9.635)	(12.044)	(12.044)
Não Circulante	6.134	6.134	6.135	6.135

- a) A rubrica “numerários em trânsito” refere-se à valores recebidos através de ordens de pagamento vinculadas ao Mercado Externo, porém sem a conversão em moeda nacional (fechamento de câmbio). A prática adotada pela Companhia para conversão destes recebíveis é superior a 90 dias.

- b) A Companhia utiliza-se de instrumento financeiro para afastar o risco em relação ao efeito de variação cambial de suas operações realizadas em moeda estrangeira, com isso, reconhece o efeito de ganho ou perda destas operações em rubrica denominada de “trava cambial”, a qual indica a diferença entre a taxa de câmbio contratual frente a taxa de câmbio de fechamento do mês. Em 31 de dezembro de 2024, período comparativo, o ajuste de trava cambial foi reconhecido em rubrica de passivo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18 - Outros passivos.

Notas Explicativas



Demais informações sobre os contratos de trava cambial estão apresentadas neste relatório, através da nota explicativa nº 23 - Instrumentos financeiros.

c) Em janeiro de 2023 a Companhia celebrou acordo judicial com a empresa Döhler S.A., no âmbito de execuções judiciais relacionadas ao inadimplemento parcial de contrato firmado em 2008. O acordo resultou na devolução de 111.359 ações da Minupar Participações S.A., anteriormente transferidas à Döhler. A restituição direta dos títulos à controladora não foi possível, uma vez que a Minupar não figurou como parte nas referidas ações, sendo a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a titular das ações temporariamente.

O valor reconhecido foi de R\$ 3.786 mil, correspondente ao valor nominal das ações à época da dação em pagamento. Em dezembro de 2023, a CVM concluiu que a operação não caracteriza participação recíproca, vedada pelo art. 244 da Lei 6.404/76, autorizando sua negociação no mercado. O acordo foi integralmente quitado, com extinção e arquivamento definitivo dos processos em 2024. As ações transacionadas continuam na posse temporária da Companhia Minuano de Alimentos, e serão destinadas a tempo e modo definidos pela administração.

d) Os valores registrados como provisão para perda, referem-se ao valor justo do ativo apresentado na rubrica “Minupar Participações S.A.”, considerando o valor atual de cotação das ações da Companhia.

e) Em 04 de Outubro de 2019, a Minupar Participações S.A. e sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos celebraram acordo judicial com Agostinho Carrer Participações S.A, Agroaráçá Industria de Alimentos LTDA, Orlando Carrer e Pedro Carrer, para encerramento de litígios judiciais existentes entre as partes. A partir de julho de 2020, mediante solicitação das devedoras, restou ajustado o pagamento apenas dos juros compensatórios e atualização monetária sobre o saldo devedor, em razão de alegada crise no setor avícola.

Os pagamentos foram interrompidos em novembro de 2022, e em fevereiro de 2023 a Companhia tomou conhecimento do pedido de Recuperação Judicial da Agroaráçá Indústria de Alimentos Ltda. Em razão da incerteza quanto à realização do crédito, a Companhia optou, de forma conservadora, por manter registrado apenas o valor depositado em juízo, no montante de R\$ 6.134. Apesar disso, a expectativa da Companhia é de que os valores celebrados no acordo sejam honrados de forma integral, conforme esforços dos nossos assessores jurídicos.

Outro montante que compõe a rubrica (-) Provisão para perda (Impairment) no período de três meses findo em 31 de março de 2025, refere-se a provisão para perda esperada no valor de R\$ 2.409, referente ao processo nº 017/1.14.0005983-0 (Cumprimento de Sentença - Ação de Rescisão Contratual), tendo em vista a ausência de acordo e a dependência da decisão do Juízo Recuperacional, enquanto vigente o plano de recuperação judicial da devedora.

9 - Investimentos

a) Participações societárias

Em 31/03/2025 a Companhia é controladora direta das seguintes empresas:

	Valepar S.A.	Sulaves S.A.	Total
Participação societária (%)	99,99%	100,00%	
Provisão para perda de investimento em 31/12/2023	(210.196)	(76.272)	(286.468)
+/- Equivalência Patrimonial	18.634	6.755	25.389
Provisão para perda de investimento em 31/12/2024	(191.562)	(69.517)	(261.079)
+/- Equivalência Patrimonial	8.732	3.172	11.904
Provisão para perda de investimento em 31/03/2025	(182.830)	(66.345)	(249.175)

Notas Explicativas**b) Propriedades para investimento**

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de propriedades para investimento:

Grupo	Consolidado			Consolidado		
	31/03/25			31/12/24		
	Custo	Deprec.	Líquido	Custo	Deprec.	Líquido
Terrenos	7.741	-	7.741	7.742	-	7.742
Obras civis	24.498	(8.351)	16.147	24.498	(8.264)	16.234
Máquinas e equipamentos	11.391	(8.661)	2.730	11.391	(8.575)	2.816
Outros	289	(252)	37	290	(251)	39
(-) Impairment	(8.081)	-	(8.081)	(8.081)	-	(8.081)
Total	35.838	(17.264)	18.574	35.840	(17.090)	18.750

Os valores das propriedades para investimentos são mensurados pelo método de custo, conforme previsto no CPC 28 - Propriedades para Investimento. Quando disponibilizadas para locação, aplicam-se as disposições do CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo os ativos depreciados de forma linear ao longo de sua vida útil estimada.

Avaliação de recuperabilidade das Propriedades para Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável das Propriedades para Investimento, utilizando-se de avaliação de especialistas, e nesta análise não se identificou necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor.

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, foi realizada a análise de fatores internos e externos, e não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

A movimentação das propriedades para investimento apresenta-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/24	Adições	Baixas	Deprec.	Impairment	Transf.	Saldo em 31/03/25
Terrenos	7.742	-	-	-	-	-	7.742
Obras civis	16.234	-	-	(86)	-	-	16.148
Máquinas e equipamentos	2.816	-	-	(88)	-	-	2.728
Outros	39	-	-	(2)	-	-	37
(-) Impairment	(8.081)	-	-	-	-	-	(8.081)
Total	18.750	-	-	(176)	-	-	18.574

10 - Imobilizado

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado:

Notas Explicativas



Grupo	Taxas	Consolidado			Taxas	Consolidado		
		31/03/25				31/12/24		
		Custo	Deprec .	Líquido		Custo	Deprec .	Líquido
Terrenos	-	15.592	-	15.592	-	15.593	-	15.593
Prédios	2,00% - 5,00%	102.594	(32.799)	69.795	2,00% - 5,00%	97.402	(31.974)	65.428
Maq. e Equip.	3,33% - 11,11%	83.147	(46.094)	37.053	3,33% - 11,11%	81.249	(45.883)	35.366
Móveis e utens.	4,76% - 20,00%	4.432	(1.817)	2.615	4,76% - 20,00%	4.337	(1.773)	2.564
Computadores	5,56% - 20,00%	2.651	(1.422)	1.229	5,56% - 20,00%	2.648	(1.429)	1.219
Veículos	7,14% - 10,00%	990	(801)	189	7,14% - 10,00%	990	(795)	195
Imobil. em Andamento	-	4.374	-	4.374	-	8.089	-	8.089
Outros	-	14	(14)	-	-	14	(14)	-
		213.794	(82.947)	130.847		210.322	(81.868)	128.454

A movimentação dos imobilizados apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/23	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/12/24
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	52.718	212	(3.827)	(2.560)	18.885	65.428
Maquinas e equipamentos	24.710	2.497	(181)	(2.724)	11.064	35.366
Moveis e utensílios	2.107	568	(76)	(249)	214	2.564
Computadores e periféricos	1.203	296	(101)	(268)	89	1.219
Veículos	230	-	-	(35)	-	195
Imobilizações em andamento	9.321	29.702	(682)	-	(30.252)	8.089
Total	105.882	33.275	(4.867)	(5.836)	-	128.454

Grupo	Saldo em 31/12/24	Adições	Baixas	Deprec.	Transf.	Saldo em 31/03/25
Terrenos	15.593	-	-	-	-	15.593
Prédios	65.428	169	-	(827)	5.024	69.794
Maquinas e equipamentos	35.366	424	(139)	(796)	2.199	37.054
Moveis e utensílios	2.564	65	(25)	(68)	80	2.616
Computadores e periféricos	1.219	98	(57)	(71)	39	1.228
Veículos	195	-	-	(7)	-	188
Imobilizações em andamento	8.089	3.648	(21)	-	(7.342)	4.374
Total	128.454	4.404	(242)	(1.769)	-	130.847

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos imobilizados, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos imobilizados, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, e não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

11 - Direito de Uso

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui oito contratos classificados na rubrica “Direito de Uso”, sendo seis deles referentes a máquinas e equipamentos, e dois imóveis. Destes contratos não utilizou de nenhum expediente prático. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

A movimentação do Direito de Uso bem como as informações contratuais, seguem demonstradas no quadro abaixo:

Notas Explicativas



	Taxa	Vida útil	Saldo 31/12/24	Novos Contratos	Deprec. Locação	Saldo 31/03/25
Imóveis	16,51%	6	89	-	(22)	67
Máquinas e Equipamentos	17,32%	5	5.621	-	(471)	5.150
			5.710	-	(493)	5.217

12 - Intangível

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de intangível:

Grupo	Taxas	Consolidado 31/03/25			Consolidado 31/12/24		
		Custo	Amort.	Líquido	Custo	Amort.	Líquido
Softwares	20,00%	789	(448)	341	778	(423)	355
Marcas e Patentes	-	226	-	226	223	-	223
Total		1.015	(448)	567	1.001	(423)	578

A movimentação dos intangíveis apresentam-se da seguinte forma:

Grupo	Saldo em 31/12/24	Adições	Baixas	Amort.	Transf.	Saldo em 31/03/25
Softwares	355	14	-	(25)	-	344
Marcas e Patentes	223	-	-	-	-	223
Total	578	14	-	(25)	-	567

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia procedeu a análise do valor recuperável de seus ativos intangíveis, utilizando-se do valor em uso, e nesta análise identificou a adequação dos saldos de seus referidos ativos intangíveis, sem necessidade de constituir qualquer ajuste por perda de valor. Na análise realizada sobre fatores internos e externos para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, não se identificou quaisquer indícios que pudesse sugerir algum ajuste pela redução ao valor recuperável.

13 - Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/25	31/12/24	31/03/25	31/12/24
Provisões de férias e 13º	-	-	11.497	9.909
Provisões convenção coletiva	-	-	1.897	2.279
Salários a pagar	193	173	4.326	3.905
Rescisões a pagar	-	-	56	-
Outras obrigações a pagar	-	-	15	12
Total	193	173	17.791	16.105

14 - Arrendamentos a pagar

Composição dos arrendamentos a pagar:

Notas Explicativas

	Consolidado	Consolidado
	31/03/25	31/12/24
Arrendamentos a pagar	8.544	9.164
(-) Encargos a apropriar	(1.858)	(2.119)
Total	6.686	7.045
Circulante	1.368	1.727
Não Circulante	5.318	5.318

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Arrendamentos a Pagar	(-) Encargos a apropriar	Total
2025	1.986	(683)	1.303
2026	2.339	(682)	1.657
2027	2.339	(398)	1.941
2028	1.781	(87)	1.694
2029	99	(8)	91
Total	8.544	(1.858)	6.686

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	7.045
(+) Remensuração	-
(+) Novos contratos	-
(-) Contratos encerrados	-
(+) Encargos	264
(-) Contraprestação	(623)
Saldo em 31 de março de 2025	6.686

15 - Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/25	31/12/24	31/03/25	31/12/24
INSS a recolher	15	21	296.759	293.089
FGTS a recolher	-	-	602	845
IRRF a recolher	7	13	264	515
IRPJ a recolher	-	-	111.833	110.746
CSLL a recolher	2	3	42.665	42.294
COFINS a recolher	-	-	52.303	51.780
PIS a recolher	-	-	11.150	11.039
Impostos Retidos	-	-	746	735
ICMS a recolher	-	-	1.142	1.133
Outros	-	-	5.001	4.933
Total	24	37	522.465	517.109

Notas Explicativas

Abaixo demonstramos os valores de forma segregada, utilizando como base os débitos informados pelos respectivos agentes de cobrança, PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, e RFB - Receita Federal do Brasil:

	31/03/25			31/12/24		
	RFB	PGFN	Total	RFB	PGFN	Total
INSS a recolher	2.099	294.660	296.759	1.719	291.370	293.089
FGTS a recolher	602	-	602	845	-	845
IRRF a recolher	264	-	264	515	-	515
IRPJ a recolher	1.106	110.727	111.833	1.336	109.410	110.746
CSLL a recolher	408	42.257	42.665	494	41.797	42.291
COFINS a recolher	-	52.303	52.303	-	51.780	51.780
PIS a recolher	-	11.150	11.150	-	11.039	11.039
Impostos Retidos	41	705	746	41	697	738
ICMS a recolher	-	1.142	1.142	1	1.132	1.133
Outros	53	4.948	5.001	50	4.883	4.933
Total	4.573	517.892	522.465	5.001	512.108	517.109

Os valores relativos aos tributos apresentados na coluna “PGFN” estão acrescidos de juros, multas e encargos calculados pelo sistema de cobrança da PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (sistema Regularize), e não contemplam os impactos provenientes do processo de Transação Tributária, conforme Nota Explicativa nº 34.2 - Transação Tributária.

16 - Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/25	31/12/24	31/03/25	31/12/24
PERT (a)	-	-	1.749	1.707
Lei 12.996/14 (b)	32	32	2.379	2.352
FGTS	-	-	715	707
ICMS	-	-	-	2
Ordinário	-	-	132	129
Circulante	32	32	4.975	4.897
PERT (a)	-	-	5.867	6.158
Lei 12.996/14 (b)	119	125	8.725	9.211
FGTS	-	-	2.860	3.007
Ordinário	-	-	242	269
Não Circulante	119	125	17.694	18.645

(a) Pert

A Companhia aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária (Lei 13.496/17) em setembro de 2017, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, na modalidade de débitos previdenciários (art. 2º, inciso I) e demais débitos (art. 2º, inciso I), e perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades de débitos previdenciários (art. 3, inciso II, alínea “b”) e demais débitos (art. 3, inciso II, alínea “b”).

Todos os efeitos da adesão ao PERT foram devidamente calculados e registrados, sendo que, abaixo, apresentamos o resumo dos valores totais indicados no referido parcelamento:

Notas Explicativas



Total dos débitos incluídos no PERT	56.548 (i)
(-) Anistia de multa, juros e encargos legais	(25.218) (iii)
(-) Compensação com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(7.845) (ii)
(-) Pagamentos efetuados até dezembro de 2024	(19.999)
(+) Atualização Selic até dezembro de 2024	4.379
Saldo remanescente em 31/12/2024	7.865
(+) Atualização Selic de Jan-25 até Mar-25	145
(-) Pagamentos efetuados de Jan-25 até Mar-25	(394)
Saldo remanescente em 31/03/2025	7.616
Circulante	1.749
Não circulante	5.867

(i) O montante de R\$ 56.548 refere-se ao valor total de débitos consolidados no PERT, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas modalidades débitos previdenciários e demais débitos, respectivamente, nas seguintes importâncias:

Esfera	Natureza	Valor
Secretaria da Receita Federal do Brasil	Débitos Previdenciários	8.078
	Demais Débitos	1.729
Procuradoria Geral da Fazenda	Débitos Previdenciários	856
	Demais Débitos	45.885
Total		56.548

(ii) O montante de R\$ 7.845 refere-se ao valor de Prejuízo Fiscal e de Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) utilizado para quitação do saldo remanescente de débitos, em 31 de dezembro de 2017, quando da consolidação do PERT perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos moldes previsto no artigo 2, inciso I, da Lei 13.496/17:

Importante observar que não foram utilizados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para as modalidades perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

(iii) O montante de R\$ 25.218 refere-se à anistia de multa, juros e encargos legais concedidas quando houve a adesão de débitos, na modalidade débitos previdenciários e demais débitos, perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por força do artigo 3º, inciso II, alínea “b”, da Lei 13.496/17:

No quadro a seguir, consta a memória de cálculo das referidas reduções:

Esfera	Natureza	Débito	Valor da dívida	(Entrada)	Saldo em 31/12/17	Anistia	
						%	R\$
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Débitos Previdenciários	Principal	430	(86)	344	0%	-
		Multa	86	(17)	69	50%	35
		Juros	197	(39)	158	80%	126
		Encargos	143	(29)	114	100%	114
	Demais Débitos	Principal	6.789	(1.358)	5.431	0%	-
		Multa	5.426	(1.085)	4.341	50%	2.171
		Juros	26.022	(5.205)	20.817	80%	16.654
		Encargos	7.648	(1.530)	6.118	100%	6.118
Total			46.741	(9.349)	37.392	25.218	

As dívidas parceladas na esfera da Receita Federal do Brasil não tiveram anistia de valores referente a multa, juros e encargos legais.

(b) Lei nº 12.996/2014

Notas Explicativas



Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao programa de parcelamento oriundo da lei nº 12.996/2014 e portaria conjunta PGFN/RFB nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia liquidou valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, estes validados pela Receita Federal do Brasil - RFB e procuradoria geral da fazenda nacional - PGFN, no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, a Companhia efetuou recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Lei nº 12.996/2014	
Passivo tributário parcelado	76.297
(-) Reduções da lei 12.996/2014	(23.310)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(25.087)
Total líquido do passivo tributário aderido	27.900
Amortização líquida até 31/03/2025	(16.796)
Saldo remanescente em 31/03/2025	11.104
Circulante	2.379
Não circulante	8.725

Em 30 de julho de 2015, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a procuradoria geral da fazenda nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a Companhia formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Com relação a modalidade de demais débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R\$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

17- Impostos diferidos - Passivo

Notas Explicativas



	31/03/25	31/12/24
IRPJ diferido	663	663
CSLL diferido	239	239
Circulante	902	902
IRPJ diferido	10.737	10.836
CSLL diferido	3.865	3.901
Não Circulante	14.602	14.737

No quadro a seguir são demonstrados os itens que compõem o cálculo dos Impostos Diferidos em 31 de março de 2025:

Item	Valor	Impostos Diferidos		
		IR (25%)	CSLL (9%)	Total
Custo atribuído de Terrenos	15.719	3.930	1.415	5.345
Custo atribuído de Obras Civis	33.592	8.398	3.023	11.421
Custo atribuído de Máquinas e Equipamentos	13.263	3.316	1.194	4.510
Custo atribuído de Móveis e Utensílios	3.619	905	326	1.231
Custo atribuído de Veículos	191	48	17	65
Custo atribuído de Computadores e Periféricos	582	146	52	198
Diferença temporal de Depreciação Atividade Rural	10.206	2.552	919	3.471
Diferença temporal de Créditos Fiscais não Compensados	5.343	1.336	481	1.817
Total	82.515	20.631	7.427	28.058
Diferimento até 31/03/2025		(9.231)	(3.323)	(12.554)
Saldo em 31/03/2025		11.400	4.104	15.504
Circulante		663	239	902
Não Circulante		10.737	3.865	14.602

A Companhia não reconhece imposto diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa.

17.1 - Apuração da alíquota efetiva do Imposto de Renda e da Contribuição Social

No quadro a seguir se demonstra a conciliação entre a despesa calculada pela aplicação da alíquota fiscal nominal frente a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no demonstrativo de resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/25	31/03/24	31/03/25	31/03/24
Lucro antes do IR e CS	11.360	8.873	14.571	8.727
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(3.862)	(3.017)	(4.954)	(2.967)
Resultado de participações societárias	(4.048)	(4.096)	-	-
Demais ajustes	51	932	422	(471)
Compensações com Prejuízos Fiscais	-	-	(2.114)	-
Despesa efetiva de IR e CSLL	(135)	(147)	3.262	2.496
IRPJ e CSLL - Diferido	-	-	135	158
IRPJ e CSLL - Corrente	-	-	(3.334)	-
Alíquota de imposto efetiva	0%	0%	22%	29%

Notas Explicativas**18 - Outros Passivos**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/25	31/12/24	31/03/25	31/12/24
Processos judiciais a pagar	-	-	310	647
Provisões de despesas	-	-	703	1.208
Seguros a pagar	-	44	20	80
Outras obrigações	1.014	1.004	1.600	3.297
Trava Cambial (a)	-	-	-	9.544
Total	1.014	1.048	2.633	14.776

a) O montante de R\$ 9.544 registrado em 31 de dezembro de 2024, período comparativo, refere-se ao efeito negativo entre a taxa de câmbio contratual vinculada aos contratos de trava cambial, frente a taxa de câmbio de fechamento do mês. Em 31 de março de 2025, o ajuste de trava cambial foi reconhecido em rubrica de ativo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8 - Outros ativos.

19 - Partes relacionadas**a) Remuneração dos administradores**

A Companhia e suas controladas adotam a prática de aprovação da remuneração global anual dos administradores em Assembleia Geral Ordinária, sendo que na Minupar a remuneração aprovada é individualizada em Reunião do Conselho de Administração. O valor global anual é o limite máximo a ser observado durante o ano e não, efetivamente, os valores realizados.

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, das controladas diretas, Sulaves e Valepar, bem como de sua controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, foi fixada em Assembleias Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2025, da seguinte forma:

- a) Minupar - em até R\$ 847 mil;
- b) Sulaves - em até R\$ 275 mil;
- b) Valepar - em até R\$ 275 mil; e
- c) Minuano - em até R\$ 4.950 mil.

No quadro a seguir apresentamos a remuneração da administração recebida no exercício de 2025 em comparação ao exercício de 2024:

	31/03/25		31/12/24	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Conselho de adm e fiscal	120	120	350	350
Diretoria executiva	30	585	140	1.772

b) Operações com partes relacionadas

Notas Explicativas

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	31/03/25	31/12/24	31/03/25	31/12/24
Valepar S/A	517	517	-	-
Companhia Minuano	5.260	5.260	-	-
Total	5.777	5.777	-	-
Passivo não circulante	31/03/25	31/12/24	31/03/25	31/12/24
	31/03/25	31/12/24	31/03/25	31/12/24
Companhia Minuano	12.018	11.548	-	-
Acionistas e outros	49.829	49.829	49.831	49.826
Total	61.847	61.377	49.831	49.826

As operações *intercompany* referem-se à pagamentos efetuados pela controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos, referente a despesas operacionais nominais às empresas *holdings* (Minupar Participações S.A. e Valepar S.A.), as quais não possuem previsão contratual definindo índice de remuneração, e os prazos estipulados para recebimento e liquidação estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas.

Em relação à rubrica “Acionistas e outros”, encontra-se registrado contrato de mútuo firmado com acionista e ex-administrador, cujo saldo totaliza R\$ 49.829. Esse passivo foi originalmente reconhecido no passivo não circulante no primeiro trimestre de 2012, com base nas condições contratuais vigentes, tendo como valor original R\$ 1.365, acrescido de juros remuneratórios de 2,34% ao mês.

Divergências contratuais originaram a Execução de Título Extrajudicial nº 5002118-55.2017.8.21.0017, ajuizada contra a Companhia em 16/12/2016, visando a cobrança integral do mútuo (principal e encargos). Em resposta, a Companhia apresentou Embargos à Execução nº 5002113-33.2017.8.21.0017, que foram recebidos sem efeito suspensivo. O processo de execução foi extinto sem resolução de mérito em outubro de 2024, por ausência de título executivo extrajudicial completo, com trânsito em julgado da decisão.

Em outubro de 2024, a Companhia tomou conhecimento de uma nova ação ajuizada pelo mutuante (Execução de Título Extrajudicial nº 5012460-81.2024.8.21.0017 - “Segunda Execução”), visando à cobrança do valor principal, atualizado com índices inferiores aos estipulados no contrato original. O valor da causa da Segunda Execução foi de R\$ 8.229, correspondente ao montante histórico de R\$ 1.365 atualizado monetariamente pelo IGP-M, e acrescido de juros remuneratórios de 1% ao mês desde a assinatura do contrato, em 22/03/2012.

A administração ressalta que quaisquer alterações futuras nas condições jurídicas do processo serão avaliadas tempestivamente, com os respectivos reflexos contábeis e divulgação apropriada.

20 - Provisão para contingência**a) Contingências Passivas**

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando necessário, tais discussões foram amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos.

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foram apuradas as seguintes provisões de contingências e respectivos depósitos judiciais:

Notas Explicativas

Consolidado				Consolidado		
31/03/25				31/12/24		
Natureza	Contingências	Depósitos	Saldo Residual	Contingências	Depósitos	Saldo Residual
Trabalhista	5.391	(3.367)	2.024	4.975	(3.340)	1.635
Cível	1.399	(761)	638	732	(705)	27
Tributária	339	-	339	342	-	342
Total	7.129	(4.128)	3.001	6.049	(4.045)	2.004

A movimentação consolidada das provisões para contingências apresenta-se da seguinte forma:

	Saldo Inicial				Saldo Final
	31/12/24	Provisões	Reversões		31/03/25
Contingências Trabalhistas	4.976	716	(301)		5.391
Contingências Tributárias	342	6	(9)		339
Contingências Cíveis	731	887	(219)		1.399
Total	6.049	1.609	(529)		7.129

Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, foi apurado para 31 de março de 2025, processos judiciais com probabilidade de risco de perda “possível” na quantia de R\$ 40.644 (R\$ 37.854 em 31 de dezembro de 2024), destes, R\$ 17.501 (R\$ 17.207 em 31 de dezembro de 2024) são relativos à natureza cível e R\$ 23.083 (R\$ 20.589 em 31 de dezembro de 2024) são relativos à natureza trabalhista.

Processos de natureza tributária são tratados como passivos tributários, e estão contemplados de forma detalhada nas notas explicativas 15 e 16.

21 - Patrimônio líquido**a) Capital social**

O Capital Social da Companhia é de R\$ 120.107.800 (cento e vinte milhões, cento e sete mil e oitocentos reais), representado por 7.100.100 (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através das NBC TG's aprovadas pela comissão de valores mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu patrimônio líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva legal

Quando aplicável, será constituída reserva legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Subvenções governamentais

A controlada indireta possui incentivo fiscal concedido pelo governo estadual a título de crédito fiscal presumido de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços do Estado do Rio Grande do Sul. Destaca-se que tal benefício, concedido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, não é cumulativo, e sua utilização somente é permitida nos períodos em que a controlada não apurar saldo credor de ICMS.

Até o período findo em 31 de março de 2025, o saldo acumulado do incentivo fiscal totaliza a quantia de

Notas Explicativas



R\$ 6.234, e sua apuração ocorreu ao longo do exercício de 2022, conforme demonstrado em rubrica destacada no Patrimônio Líquido denominada “Reserva de Incentivos Fiscais”.

e) Dividendos

De acordo com o art. 189 da Lei 6.404/76, o lucro líquido será absorvido pela conta de prejuízos acumulados, e quando aplicável, observando o estatuto da Companhia, os acionistas terão direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante ao disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

22 - Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui a cobertura de seguros para as unidades Granjas, Incubatório e sede administrativa, e considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Em relação as unidades fabris, importante mencionar que as plantas estão localizadas às margens do rio Taquari, e após os eventos climáticos que atingiram suas estruturas, o custo para as novas apólices aumentaram de forma bastante significativa. Além disso, tais apólices não cobrem sinistros relacionados a enchentes e/ou ciclones.

Tais situações acabam por inviabilizar a contratação de novos seguros, porém, a Companhia informa que segue dedicando todos os esforços necessários na realização de adequações, e na busca por um custo razoável nas novas apólices.

23 - Instrumentos financeiros

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limita a:

a) Risco de crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de taxas de câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 37% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que

Notas Explicativas

estejam atreladas ao dólar, por compreender que se trata de risco administrável, porém periodicamente é realizada análise e acompanhamento do saldo vinculado à recebíveis em dólar e, com base nessa análise se efetuam contratos de trava cambial não vinculados às operações, os quais eliminam os riscos de variação cambial;

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos possui 51 contratos de trava cambial ativos em 31 de março de 2025, totalizando o montante de US\$ 14.016. Tais contratos possuem taxas que variam de R\$ 5,30 a R\$ 6,26, e prazos de liquidação que podem variar entre 3 e 48 meses.

Os recebíveis vinculados ao dólar, estão assim distribuídos:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor Justo	Taxa Efetiva	Valor em R\$	Efeito Trava
Recebíveis com trava	14.016	5,7712	80.889	5,7416	80.474	415
Recebíveis sem trava	6.885	5,7416	39.530	5,7416	39.530	-
Total	20.901		120.419		120.004	415

Análise de sensibilidade

O critério adotado pela Companhia para realizar a análise de sensibilidade, leva em consideração o saldo de contas a receber em aberto, os contratos de trava cambial vigentes e taxa do fechamento de câmbio do dia 31 de março de 2025, a qual indica o montante de R\$ 121.511.

Conforme projeção estimada pelo boletim FOCUS, a variação da taxa do dólar é de 5,90. No quadro a seguir demonstramos o impacto desta variação:

Contas a receber	Vlr em USD	Taxa Média	Valor em R\$
Recebíveis com trava	14.016	5,7712	80.889
Recebíveis sem trava	6.885	5,9000	40.622
Total	20.901		121.511

d) Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

No quadro a seguir se demonstra a análise de sensibilidade realizada sobre a rubrica de obrigações tributárias, no período de três meses findo em 31 de março de 2025:

	31/03/25	Selic estimada 15,00%
INSS a recolher	296.759	341.273
FGTS a recolher	602	692
IRRF a recolher	264	304
IRPJ a recolher	111.833	128.608
CSLL a recolher	42.665	49.065
COFINS a recolher	52.303	60.148
PIS a recolher	11.150	12.823
Impostos Retidos	746	858
ICMS a recolher	1.142	1.313
Outros	5.001	5.751
Total	522.465	600.835

Notas Explicativas



O critério utilizado para realizar o cálculo apresentado no quadro acima levou em consideração a taxa futura estimada da Selic para o ano de 2025, que foi de 15,00%.

24 - Receita

Apresentamos a reconciliação da receita bruta para com a receita líquida consolidada, no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024:

	Consolidado	
	31/03/25	31/03/24
Receita bruta de produtos e serviços	109.633	101.830
Mercado Interno	70.466	71.763
Mercado Externo	39.167	30.067
(-) Deduções da Receita Bruta	(4.157)	(4.341)
(-) Mercado Interno	(4.157)	(4.333)
(-) Mercado Externo	-	(8)
Receita líquida de produtos e serviços	105.476	97.489
Mercado Interno	66.309	67.430
Mercado Externo	39.167	30.059

As receitas são reconhecidas quando os riscos e benefícios dos bens ou serviços são transferidos ao cliente, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

25 - Custos operacionais

A seguir estão apresentados os custos operacionais consolidados segregados por natureza, no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024.

	Consolidado	
	31/03/25	31/03/24
Salários	(20.127)	(19.855)
Encargos sociais	(5.630)	(5.133)
Benefícios a empregados	(5.009)	(4.371)
Férias e 13º salário	(4.692)	(4.786)
Matérias primas	(13.378)	(13.166)
Materiais de embalagem	(6.088)	(5.986)
Energia elétrica	(4.773)	(4.862)
Manutenção Industrial	(4.559)	(5.165)
Serviço de terceiros	(3.452)	(2.911)
Depreciações	(2.218)	(1.768)
Combustíveis e lubrificantes	(1.051)	(991)
Equipamento de proteção	(810)	(743)
Análises laboratoriais	(491)	(640)
Fretes s/ compras	(452)	(396)
Locações/Aluguéis	(348)	(441)
Taxas e encargos legais	(145)	(157)
Outros gastos	(633)	(786)
Total	(73.856)	(72.157)

26 - Despesas gerais e administrativas

Notas Explicativas

A seguir estão apresentadas as despesas gerais e administrativas segregadas por natureza, no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/25	31/03/24	31/03/25	31/03/24
Salários	(156)	(253)	(774)	(1.646)
Encargos sociais	(31)	(34)	(222)	(340)
Benefícios a empregados	-	-	(463)	(466)
Férias e 13º salário	-	-	(200)	(437)
Serviço de terceiros	(323)	(68)	(1.480)	(1.112)
Depreciações	-	-	(67)	(60)
Energia elétrica	-	-	(34)	(36)
Manutenção Predial	-	-	(67)	(57)
Taxas e encargos legais	-	(1)	(32)	(35)
Publicidade e propaganda	-	(32)	(51)	(56)
Outros gastos	(24)	(22)	(328)	(352)
Total	(534)	(410)	(3.718)	(4.597)

27 - Despesas com vendas

A seguir estão apresentadas as despesas com vendas consolidadas segregadas por natureza, no período de três meses findo em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024.

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Frete Marítimo	(1.385)	(1.522)
Frete Rodoviário	(1.576)	(1.473)
Custos aduaneiros	(1.160)	(799)
Comissões sobre vendas	(206)	(236)
Armazenagem	-	(35)
Salários	(279)	(211)
Férias e 13º salário	(45)	(62)
Serviço de terceiros	(16)	(21)
Publicidade e propaganda	(41)	(8)
Provisões para perdas	(3)	(23)
Encargos sociais	(44)	(36)
Depreciações	(3)	(2)
Outros gastos	(87)	(65)
Total	(4.845)	(4.493)

28 - Outras despesas operacionais

A seguir estão apresentadas as outras despesas operacionais do período de três meses findo em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024.

	Consolidado	
	31/03/25	31/03/24
Despesas de litígios fiscais	(184)	(26)
Provisões (Reversões) de contingências	(1.625)	(974)
Provisão para perda (a)	892	(2.272)
Custo na alienação de ativos	(222)	(71)
Reversão de créditos tributários	(36)	(84)
Despesas fábricas inativas	(271)	(279)
Despesas Gerais	(64)	(44)
Total	(1.510)	(3.750)

Notas Explicativas

a) Em 31 de março de 2024, período comparativo, compõe a rubrica “provisão para perda”, o montante de R\$ 2.476 referente ao reconhecimento de ajuste pela redução ao valor recuperável pertinente a Granja São Rafael, além da reversão de outras provisões no montante de R\$ (204).

29 - Outras receitas operacionais

Abaixo estão apresentadas as outras receitas operacionais para o período de três meses findo em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024.

	Consolidado	
	31/03/25	31/03/24
Créditos Fiscais (a)	392	4.672
Venda de sucata e lenha	703	37
Receita de aluguel	250	217
Recuperação de Despesas	76	10
Total	1.421	4.936

a) Compõe o montante desta rubrica no período comparativo, o valor de R\$ 4.567 referente ao trabalho de recuperação de créditos de PIS e COFINS, registrados no primeiro trimestre do exercício de 2024.

30 - Despesas financeiras

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024, as despesas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/25	31/03/24	31/03/25	31/03/24
Juros atualização dívidas tributárias (a)	(16)	(13)	(5.167)	(4.226)
Juros operações partes relacionadas (b)	-	(2.732)	-	(2.732)
Pis e Cofins s/ receita financeira	-	-	(6)	-
Variações cambiais passivas	-	-	(1.986)	(157)
Encargos legais	-	-	(929)	(2.389)
Juros de arrendamentos	-	-	(264)	(278)
Outras despesas financeiras	-	-	(192)	(216)
Total	(16)	(2.745)	(8.544)	(9.998)

(a) Refere-se a atualização dos débitos de natureza tributária, tanto em situação parcelada como de valores em aberto.

(b) O montante registrado nesta rubrica, refere-se à atualização do contrato de mútuo, descrito de forma detalhada na nota explicativa nº 19.b - Operações com Partes Relacionadas.

31 - Receitas Financeiras

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2025, as receitas financeiras estão apresentadas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/25	31/03/24	31/03/25	31/03/24
Variações cambiais ativas	-	-	14	1.019
Descontos financeiros obtidos	-	-	20	13
Juros de créditos Fiscais	6	-	66	111
Outras receitas financeiras	-	-	47	154
Total	6	-	147	1.297

Notas Explicativas



32 - Informações por segmento

A Companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

- a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;
- b) Serviços de Frigorífico - Abate e processamento de aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades de serviços de frigorífico e abate resultantes do abate e desossa de aves.

Nos quadros abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação para o período findo em 31 de março de 2025:

	Industrializados		Serviços e Processamentos		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	mar-25	mar-24	mar-25	mar-24	mar-25	mar-24	mar-25	mar-24
Receita bruta	57.433	49.737	52.200	52.093	-	-	109.633	101.830
Impostos e devoluções	(3.507)	(3.743)	(650)	(598)	-	-	(4.157)	(4.341)
Receita líquida	53.926	45.994	51.550	51.495	-	-	105.476	97.489
Custos	(30.859)	(29.948)	(42.997)	(42.209)	-	-	(73.856)	(72.157)
Lucro bruto	23.067	16.046	8.553	9.286	-	-	31.620	25.332
Desp. Administrativas	-	-	-	-	(3.718)	(4.597)	(3.718)	(4.597)
Desp. com Vendas	(4.845)	(4.493)	-	-	-	-	(4.845)	(4.493)
Outras Desp. Op.	-	-	-	-	(1.510)	(3.750)	(1.510)	(3.750)
Outras Rec. Op.	-	-	-	-	1.421	4.936	1.421	4.936
Resultado Intermediário	18.222	11.553	8.553	9.286	(3.807)	(3.411)	22.968	17.428
Desp. Financeiras	-	-	-	-	(8.544)	(9.998)	(8.544)	(9.998)
Rec. Financeiras	-	-	-	-	147	1.297	147	1.297
Resultado antes Tributos	18.222	11.553	8.553	9.286	(12.204)	(12.112)	14.571	8.727
CSLL e IRPJ Diferido	-	-	-	-	135	158	135	158
CSLL e IRPJ Correntes	-	-	-	-	(3.334)	-	(3.334)	-
Resultado líquido	18.222	11.553	8.553	9.286	(15.403)	(11.954)	11.372	8.885
Atribuído a acionistas controladores							11.360	8.873
Atribuído a acionistas não controladores							12	12

33 - Lucro líquido por ação

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em assembleia de acionistas, ocorrida no dia 03 de junho de 2016 o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a deliberação CVM nº 636/10 - resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro líquido por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período findo em 31 de março de 2025:

	31/03/25	31/03/24
Quantidade de ações	7.100	7.100
Lucro líquido do exercício (consolidado)	11.372	8.885
Lucro líquido diluído por ação	1,60167	1,25139

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros

Notas Explicativas



entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

34 - Eventos Subsequentes

34.1 - Transação Tributária

Conforme fato relevante divulgado em 30 de abril de 2025, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, celebrou o termo de transação tributária individual junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos da Portaria PGFN nº 6.757/2022. O acordo contempla a regularização integral dos débitos tributários inscritos em dívida ativa até o mês de abril de 2025, e foi consolidado com o pagamento da primeira parcela, ocorrido no dia 30 de abril de 2025.

Após aplicação dos descontos previstos e da compensação com créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, estima-se que o passivo consolidado será na ordem de R\$ 80 milhões. Esse montante será quitado em até 60 meses para os débitos previdenciários e em até 120 meses para os demais tributos. Em razão dos impactos da enchente ocorrida em maio de 2024, os primeiros 36 meses contarão com parcelas reduzidas, conforme os benefícios estabelecidos pela Portaria PGFN/MF nº 1.032/2024 (Transação SOS-RS).

A Companhia informa que está trabalhando na mensuração do passivo e no levantamento dos impactos em suas demonstrações contábeis, sendo que os efeitos positivos serão refletidos nas informações financeiras do 2º trimestre de 2025.

35 - Outros Assuntos

35.1 - Assembleia Geral Ordinária

No dia 26 de abril de 2024 foi divulgado Fato Relevante acerca da decisão judicial liminar que determinou a suspensão da realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que havia sido convocada para se realizar naquela mesma data, às 10h. O processo segue seu curso regular sendo divulgado pelas vias adequadas.

Neste sentido, foi realizada Assembleia Geral Ordinária no dia 28 de abril de 2025, conforme publicado nos canais oficiais da Companhia, tendo sido aprovado o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e demais documentos referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024.

35.2 Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que estabelece significativas mudanças no sistema tributário nacional. O modelo da reforma tributária está baseado num IVA - Imposto sobre Valor Agregado, o qual deve incidir apenas sobre o valor adicionado em cada etapa da produção, descontando o que foi taxado nas etapas anteriores, e evitando a cumulatividade na cobrança dos tributos ao longo das cadeias produtivas. O IVA será repartido em duas competências, sendo uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado o IS - Imposto Seletivo de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Notas Explicativas



Com um longo período de transição que compreende os anos de 2026 a 2032, o ano de 2025 será ainda um período de adaptações e análises, já que novas leis complementares devem ser regulamentadas, bem como o desenvolvimento do sistema de cobrança da CBS e do IBS. Neste sentido, a Companhia vem monitorando o andamento do tema, e avaliando as necessidades de investimentos em tecnologia, treinamento de equipes e revisão de processos.

Os impactos das novas regras tributárias somente serão conhecidos plenamente quando da finalização do processo de regulamentação de temas ainda pendentes, consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras para o período de três meses findo em 31 de março de 2025.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da Minupar Participações S.A.
Lajeado - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Minupar Participações S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Renegociação da dívida fiscal

Conforme mencionado nas notas explicativas número 1 e 34, a Companhia vem apresentando prejuízos cumulados no equivalente a R\$ 460.799 mil, capital circulante líquido individual e consolidado negativos no equivalente a R\$ 1.272 e R\$ 372.077 mil, bem como passivo a descoberto. Em 30 de abril de 2025, a Administração obteve êxito no programa de parcelamento junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, obtendo redução e alongamento da dívida tributária. Desta forma, o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia será reestabelecido, gerando então suficiência no capital circulante líquido e revertendo o patrimônio líquido a descoberto. As informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Empresa continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada quando a este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram o relatório, em 28 de março de 2025, sem modificações sobre essas demonstrações contábeis

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 15 de maio de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2025.

Para fins do disposto no Inciso VI do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de Março de 2025.

Lajeado, 15 de maio de 2025.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Tiago Fonseca Siqueira
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DE 31 DE MARÇO DE 2025.

Para fins do disposto no Inciso V do artigo 25 Instrução CVM nº 480/09 e suas respectivas alterações, os diretores da Minupar Participações S.A. abaixo assinados, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes emitido pela BDO RCS Auditores Independentes, relativos às informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de Março de 2025.

Lajeado, 15 de maio de 2025.

Minupar Participações S.A.

Margareth Schacht Herrmann
Diretora Presidente

Tiago Fonseca Siqueira
Diretor de Relações com Investidores